

Unidade Nacional



Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
09 de setembro de 2010 - Nº 198 www.sindipetrocaxias.org.br

FUP



CUT

Campanha Salarial

GREVE FORTE

Adesão dos petroleiros da Reduc e Tecam foi maciça

Na sexta-feira, 3 de setembro, os petroleiros da Refinaria Duque de Caxias e do Terminal de Campos Elíseos aderiram maciçamente à greve convocada pelo Sindipetro Caxias e pela Federação Única dos Petroleiros e aprovada nas assembleias da categoria. Pela avaliação do Sindicato, a adesão na Reduc atingiu 100% do efetivo do grupo de turno e cerca de 50% do regime administrativo. Os sindicalistas consideram ainda que a paralisação já representa um marco na história dos petroleiros, pois pela primeira vez contou com a participação em massa dos trabalhadores do Terminal da Transpetro, com destaque para a adesão de 100% dos técnicos da Malha do Gás.

A greve teve início às 07 horas da última sexta-feira, com o corte da rendição dos trabalhadores do turno que desceram dos ônibus da empresa no portão da Reduc. Em seguida, às 07:30 horas, a paralisação passou a contar com a participação dos trabalhadores do horário administrativo que se juntaram aos do turno para receberem as informações do Sindicato acerca das



Sindipetro-Caxias mobiliza a categoria durante a greve

negociações do Acordo Coletivo de Trabalho e da audiência realizada na véspera no Ministério Público do Trabalho para tratar do direito de greve e da manutenção dos serviços essenciais.

Como parte da estratégia de mobilização do Sindipetro Caxias, os trabalhadores do grupo de turno que ficaram retidos pela Petrobrás no interior da refinaria não emitiram as Permissões de Trabalho. Com isso, cerca de 2 mil trabalhadores

terceirizados ficaram impedidos de realizar suas atividades de manutenção e nas obras dos novos empreendimentos.

Apesar da forte paralisação dos petroleiros de todo o país, a Petrobrás até o momento não convocou nova rodada de negociação ou apresentou qualquer outra contraproposta para o Acordo Coletivo de Trabalho da categoria. Parece ainda não acreditar na união e mobilização dos trabalhadores.

MPT quer garantir direito de greve dos petroleiros

Com a proximidade da greve dos petroleiros, a Procuradora do Ministério Público do Trabalho de Nova Iguaçu, Dra. Carina Rodrigues Bicalho, convocou o Sindipetro Caxias e a Petrobrás para uma audiência na manhã da quinta-feira, 02 de setembro, a fim de conseguir um acordo para garantir, durante a paralisação, a prestação dos serviços essenciais. Como a empresa não aceitou qualquer proposta feita pelo Sindicato, a Procuradora afirmou que na próxima greve da categoria irá buscar uma liminar que garanta o direito de greve dos trabalhadores e a manutenção dos serviços essenciais à população.

A primeira proposta feita pelo Sindipetro Caxias para a manutenção de 30% dos serviços essenciais foi para que a Reduc se comprometesse a não reter os trabalhadores do turno de 15 às 23h de quinta-feira e do turno imediatamente anterior ao horário previsto para o início da greve, com o compromisso de garantir a entrada de 30% dos trabalhadores do turno da manhã de sexta-feira. A proposta foi recusada pela

empresa que alegou não poder deixar os postos de trabalho descobertos.

Em nova proposta, o Sindipetro Caxias pediu a parada da Planta de Lubrificantes e do Coque, que não são serviços essenciais, e também da unidade de Propeno, que é desassistida, tendo em vista que o objetivo da greve é dar prejuízo econômico ao patrão. Em troca garantiria que os trabalhadores do turno da manhã entrassem para manter a produção das demais unidades. Com isso, a greve atingiria sua finalidade de alertar a empresa, pelo prejuízo efetivo causado com a parada das unidades, para que esta encaminhe uma proposta de negociação do Acordo Coletivo. Novamente a Reduc não aceitou os termos do acordo.

Foi feita pelo Sindicato ainda a proposta de parada das unidades U-3100 (Propeno), U-3300 e U-3350 (UREs), todas desassistidas, e que estão no final da cadeia produtiva, mas os gerentes e advogados da Petrobrás não aceitaram alegando que todos os serviços da Reduc são essenciais.

Por fim, considerando tratar-se de uma greve de advertência, e desde que a Reduc não retenha os trabalhadores, o Sindipetro Caxias propôs garantir a troca de turno, mantendo a não emissão de Permissão de Trabalho (PT), contanto que fosse parada uma unidade à escolha da gerência da refinaria. Nem mesmo essa proposta foi aceita pelos representantes da Petrobrás.

Sem conseguir um acordo em razão da intransigência dos gerentes e advogados da empresa, a Procuradora alertou que doravante irá tentar uma liminar junto ao juízo de Duque de Caxias para garantir o direito de greve dos trabalhadores e a manutenção dos serviços essenciais.

A audiência, ocorrida entre 11 e 15h da quinta-feira, 2 de setembro, contou com a presença de 2 gerentes da Reduc, um total de 5 advogados da Petrobrás e mobilizou o Jurídico da Reduc, do Contencioso Trabalhista e do Corporativo.

Leia a Ata da Reunião com o MPT na íntegra na página do Sindicato na internet

Gerência da Reduc garante permutas de turno e pagamento das horas extras

O Sindipetro Caxias se reuniu com o Gerente Geral da Reduc na noite de quarta-feira, 1º de setembro, para discutir a limitação das permutas de turno e o pagamento das horas extras já realizadas. Ao final do encontro saiu o compromisso do Gerente Geral de pagamento de todas as horas trabalhadas, para todos os empregados e todos os setores, bem como a garantia de que não haverá impedimento para as trocas de horário de turno.

O Gerente Geral se mostrou

preocupado com o excesso de trocas com dobra, mas afirmou que nunca teve a intenção de proibi-las. Garantiu que será mantido o limite normal de 5 trocas mensais, com a manutenção de 60% do efetivo do grupo de turno, podendo ser ampliado para 6 nos casos em que o empregado estiver estudando. Os supervisores continuarão sendo os responsáveis pela autorização das permutas e os casos excepcionais serão objeto de gestão dos próprios supervisores e dos gerentes setoriais.

Quanto às horas extras já realizadas, afirmou que o pagamento dessas horas trabalhadas é compromisso, pois o Acordo Coletivo de Trabalho da categoria não prevê o banco de horas.

Os próximos passos do movimento será decidido na reunião do Conselho Deliberativo da FUP que ocorrerá nesta sexta-feira dia 11 de setembro de 2010.

Leia a Ata da Reunião com o Gerente Geral na íntegra na página do Sindicato na internet



Trabalhador terceirizado morre em acidente nas obras de construção da Refinaria Abreu e Lima

Mesmo com todas as denúncias da FUP e de seus sindicatos sobre a insegurança no Sistema Petrobrás, a precarização das condições de trabalho continua fazendo vítimas na empresa. No sábado (04/09), mais um trabalhador terceirizado perdeu a vida em um acidente durante as obras de construção da Refinaria Abreu e Lima, no Complexo Industrial de Suape, em Pernambuco. Milton José da Silva, 51 anos, era eletricista da empresa DVS Manutenção e Instalações Elétricas, que prestava serviços para a Petrobrás nas obras da Refinaria. O acidente ocorreu durante a manutenção de uma rede elétrica de alta tensão. O eletricista sofreu uma descarga elétrica violenta e caiu de uma altura de 12 metros. Ele ainda foi socorrido, mas chegou sem vida ao hospital.

O Sindipetro-PE/PB participará da comissão que irá apurar as causas do acidente. Durante o velório do eletricista, na cidade de Amaraji, Zona Canavieira de Pernambuco, os

representantes do sindicato e da FUP prestaram solidariedade à sua família, ressaltando a luta da categoria por condições seguras de trabalho. Este foi o quarto acidente fatal ocorrido este ano no Sistema Petrobrás, dos quais três foram com trabalhadores terceirizados. Desde 1995, foram 284 mortes por acidentes de trabalho na empresa, sendo que 229 com prestadores de serviço.

No mesmo dia em que ocorreu mais este acidente fatal na Petrobrás, o Sindipetro-NF recebeu novas denúncias dos trabalhadores das plataformas da Bacia de Campos revelando a insegurança diária a que estão expostos. Segundo informações recebidas pelo sindicato, houve um princípio de incêndio na P-27, por volta das 16 horas do dia 04. Os petroleiros da plataforma relataram que estava sendo realizada uma soldagem no convés superior, quando uma centelha caiu e iniciou o incêndio nos filtros do motor. A

atuação da brigada foi muito rápida e conseguiu controlar o incêndio.

Há décadas, a FUP e seus sindicatos denunciam a situação precária de segurança nas unidades da Petrobrás e nas empresas prestadoras de serviço, cobrando mudanças estruturais nas políticas de SMS e de terceirização. Os gestores da empresa, no entanto, continuam resistentes aos alertas e reivindicações da categoria, priorizando sempre o lucro e a produção, em detrimento da saúde e da vida dos trabalhadores. A política de terceirização, baseada no menor preço dos contratos, é parte deste modelo equivocado de gestão, pois aprofunda a precarização das condições de trabalho e segurança. Daí a importância de se garantir um mecanismo que proteja os direitos dos trabalhadores contratados, como tem insistido a FUP nesta campanha salarial.

Fonte: Informe FUP.

Trabalhadores da Malha do Gás: mobilizar é preciso!

Esta esgotada o prazo para a Transpetro apresentar uma proposta sobre Regime de Trabalho para a Malha do Gás. Caso a empresa não formalize nada, o Sindicato estará novamente convocando os trabalhadores para fazer movimento, caso a empresa apresente estaremos convocando os trabalhadores para avaliar a proposta. Vamos manter a mobilização para que a nossa luta seja vitoriosa.

Cabe esclarecer que o sindicato

não negociou nenhum regime Especial para operação assistida das Estações de Compressão. A proposta do Sindicato foi a implantação de 5 grupos de turno, de 8 horas, com os devidos adicionais, mas até agora não tivemos nenhuma resposta da Transpetro.

Convocamos os trabalhadores envolvidos na operação das Ecomps e todos da Malha do Gás para uma reunião no dia 13 de setembro de 2010, às 07h30min horas.

AGENDA SETEMBRO

- 10-Reunião do SPIE da Reduc – 09h
- 11-Conselho Deliberativo da FUP
- 13-Reunião sobre Auditoria Interna do SPIE da Reduc – 08h
- 13- Reunião da Malha do Gás
- 13 a 16-Auditoria Interna do SPIE da Reduc – Integral
- 14-Reunião dos aposentados do Sindipetro Caxias – 10h
- 15-Reunião do PPEOB da Reduc – 09:30h
- 18-III Caminhada Ecológica em Tinguá

Um roteiro da histeria tucana

Por Normando Rodrigues*

Em 8 de outubro de 2009 alguém, a partir de uma estação de trabalho da Receita Federal em Mauá (SP), acessou dados fiscais de contribuintes, protegidos por sigilo.

As vítimas foram: (a) o Vice-Presidente do PSDB e antigo Secretário Geral de FHC na Presidência; (b) um empresário ex-sócio de Serra; (c) o ex-Ministro das Comunicações cujos filhos, corretores na Bolsa, ficaram milionários durante as privatizações; (d) o antigo caixa de campanha do PSDB, nas eleições de 1994 e de 1998.

Na ânsia de criar um fato político capaz de salvar do naufrágio a canoa de Serra, furou-se o sigilo investigatório

da auditoria do caso, e foram publicados os nomes de 3 funcionárias da Receita investigadas. Esses dados também estavam protegidos por sigilo determinado por Lei.

Pergunto: por que razões o sigilo fiscal de 4 dirigentes do PSDB é mais importante do que o sigilo em auditoria de 3 funcionárias da Receita?

Das duas uma:

- O sigilo deve ser protegido absolutamente; Um erro não justifica o outro, e nenhum dos dois “furos” pode ser levado a sério;

- O sigilo é relativo e, numa república, deve ser inversamente proporcional ao cargo que se ocupa; Nesse caso, a quebra do sigilo das

funcionárias investigadas é muito mais grave do que a violação que traga a público o real patrimônio dos dirigentes do PSDB.

Não causa surpresa alguma que o sigilo dos tubarões seja muito mais valorizado do que o sigilo dos bagrinhos, pelo PSDB. Normal!

Mas causa tristeza ver Marina Policarmo Quaresma Silva reproduzir esse discurso. Prova cabal de que o PV, hoje, é uma agremiação de direita, que ingenuamente pensa conciliar o capitalismo com a defesa do meio ambiente.

Para quem ainda precisava de provas...

Assessor jurídico do Sindipetro Caxias -normando@nrodrigues.adv.br

OPINIÃO

Impostão é a nova farsa da elite branca

Os industriais brasileiros têm veiculado na mídia, nas últimas semanas, publicidade que menciona o imposto incidente sobre alguns produtos industrializados consumidos pela classe média brasileira. A mídia nativa, cumprindo seu velho papel de propagar a ideologia patronal, repercute a campanha nos seus telejornais. A propaganda empresarial afirma que os impostos incidentes sobre os produtos comprados pelos cidadãos-consumidores brasileiros são demasiadamente altos e os benefícios oferecidos pelo governo muito poucos. O problema é que tal publicidade reproduz uma farsa, cujo objetivo imediato é dar discurso para a campanha do candidato Serra e mediato o de passar a idéia da necessidade de uma reforma tributária que aumentaria ainda mais o lucro dos capitalistas.

Nem todos os cidadãos brasileiros estudaram minimamente economia para saber que o preço de um produto nada tem a ver com o imposto ou a carga tributária que incide sobre ele. A formação do preço não tem qualquer relação sequer com o

custo financeiro, da matéria-prima, da energia ou da mão-de-obra utilizadas para produzi-lo. O que verdadeiramente determina o preço de um produto é o quanto o consumidor está disposto a pagar por ele e a velha lei da oferta e da procura. Todos os demais fatores citados (custo financeiro, matéria-prima, mão-de-obra e energia) servem apenas para que o empresário saiba se será lucrativo fabricar tal produto.

Em 2009, durante a crise econômica mundial, que no Brasil não passou de marola, o presidente Lula reduziu impostos sobre os eletrodomésticos e automóveis. Providência tomada com o fito de manter os empregos nessas indústrias. A redução do preço desses bens de consumo só ocorreu em razão de acordo do governo com os empresários do setor. Não necessariamente a redução de impostos virá acompanhada da diminuição do preço de um produto, tendo em vista que esse preço é determinado, como já dito, pela lei da oferta e da procura.

Portanto, a publicidade veiculada

massivamente na mídia pela Firjan e pela FIESP, que destaca o impostão, em verdade é uma defesa do interesse não do cidadão-consumidor, mas do próprio empresariado que quer pagar menos tributos e lucrar mais.

É óbvio que todos os brasileiros desejam a redução da carga tributária, mas o Estado ainda precisará de muitos recursos para garantir os investimentos em infra-estrutura tão reclamados pela própria mídia. É importante que o governo brasileiro tenha uma maior eficiência na aplicação dos recursos públicos para, gradualmente, reduzir os impostos, principalmente dos bens necessários às camadas mais pobres da população.

Cabe ao cidadão-consumidor da indústria cultural, por sua vez, manter um olhar crítico sobre o que é veiculado em meios de comunicação de massa como televisão, rádio, jornais e revistas, sob risco de estar reproduzindo uma ideologia que interessa apenas a um grupo de privilegiados ou uma nova farsa da elite branca paulistana preconceituosa e retrógrada.